



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO  
*Gabinete Des. Fernando Martins*

21  
m  
04

**APELAÇÃO Nº 0206686-8 – COMARCA – RECIFE**  
**APELANTE: COELETRA REPRESENTAÇÕES ELÉTRICAS LTDA**  
**APELADA: CONSTRUTORA ERAÚJO PINTO LTDA**  
**RELATOR: DES. FERNANDO MARTINS**  
**SEXTA CÂMARA CÍVEL**

**EMENTA: DIREITO PROCESSUAL CIVIL - APELAÇÃO CÍVEL –**  
**AÇÃO DE EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL -**  
**CONTRATO DE COMPRA E VENDA DE MERCADORIAS -**  
**AUSÊNCIA DO TÍTULO EXECUTIVO - NEGADO**  
**PROVIMENTO AO RECURSO – DECISÃO UNÂNIME.**

R  
5715  
- O processo de execução tem por objetivo realizar direito já declarado, quer por meio de sentença condenatória, quer por documento extrajudicial a que a lei reconheça o poder de conferir à obrigação certeza, liquidez e exigibilidade.

- O título executivo é, por expressa determinação legal, pressuposto de qualquer demanda executiva, assim, a ação de execução proposta sem título gera o indeferimento da petição inicial.

**ACÓRDÃO**

Vistos, relatados e discutidos estes autos da Apelação Cível nº0206686-8, da Comarca do Recife - PE, em que é apelante Coeleta Representações Elétricas Ltda e apelada Construtora Araújo Pinto Ltda;

Acordam os Desembargadores que compõem a Sexta Câmara Cível do Tribunal de Justiça de Pernambuco, por unanimidade de votos, em negar provimento ao recurso de apelação.

Recife, 31 de maio de 2010.

  
**DES. FERNANDO MARTINS - RELATOR**

M



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO  
*Gabinete Des. Fernando Martins*

**APELAÇÃO CÍVEL Nº 0206686-8**

**APELANTE: COELETRA REPRESENTAÇÕES ELÉTRICAS LTDA**

**APELADO: CONSTRUTORA ARAÚJO PINTO LTDA**

**RELATOR: DES. FERNANDO MARTINS**

**Sexta Câmara Cível**

**Relatório:**

Adoto o relatório da sentença de fls. 44/45.

Cuida-se de Apelação Cível interposta por Coeletra Representações Elétricas Ltda, prolatada nos autos da Ação de Execução por título extrajudicial, onde o Juiz *a quo* indeferiu a petição inicial e julgou extinto o processo, sem resolução do mérito, nos termos dos arts. 616 e 267, I, do CPC. Condenara, ainda, o apelante ao pagamento das custas e honorários advocatícios, estes no valor de R\$ 400,00 (quatrocentos reais).

Alega a apelante que a petição inicial fora devidamente instruída com o título de crédito. Afirma que a compra e venda das mercadorias foi realizada regularmente, de forma que a duplicata emitida configura-se como título executivo, assim, revestido dos requisitos necessários à propositura da execução.

Requer a apelante que seja reformada a sentença, sendo a duplicata protestada reconhecida como título executivo. Por fim, requer que se reconheça excesso no valor arbitrado a título de honorários advocatícios.

Contra-arrazoando, a apelada requer seja negado provimento ao recurso de Apelação.

É o Relatório. À Revisão

Recife, 03 de fevereiro 2010.

  
**DES. FERNANDO MARTINS**  
**RELATOR.**





**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO**  
**Juízo de Direito da 18ª Vara Cível da Comarca de Recife**

06

Processo nº 001.2002.016589-8  
**EXECUÇÃO**

**SENTENÇA**

Vistos etc.

**COELETRA REP. ELÉTRICAS LTDA**, devidamente qualificada nos autos, através de advogado, aforou o presente **PROCESSO DE EXECUÇÃO** em face de **CONSTRUTORA ARAÚJO PINTO LTDA**, igualmente qualificado nos autos.

Devidamente citada, compareceu nos autos à executada, apenas, para oferecer bens à penhora (fls. 23/24).

Ocorre que, intimada a apresentar nos autos o respectivo título executivo, peticionou a exequente requerendo tão somente a retratação do respectivo despacho e/ou a conversão da presente execução em ação monitória (fls. 38/42).

**É A SÍNTESE DO RELATÓRIO.**

**DECIDO.**

Sabe-se que é dever do autor instruir a petição inicial com os documentos indispensáveis à propositura da ação (art. 283 do CPC).

Por sua vez, estabelece o art. 616, do CPC, que o juiz determinará que o credor promova a juntada dos documentos imprescindíveis à propositura da execução, sob pena de indeferimento.

Se isso não bastasse, reza ainda o art. 614, I, do CPC, que cumpre ao credor, ao requerer a execução, instruir a petição inicial com o título executivo.

Arrimado nisso é que, através do despacho de fls. 37, nada obstante já ter sido citada a executada, foi determinada a intimação da exequente a fim de que a mesma, no decêndio legal, apresentasse nos autos a duplicata exequenda.

No que alude ao pedido da exequente de retratação do aludido despacho, hei de mantê-lo por seus próprios fundamentos, vez que manifestamente em consonância com o que dispõe o art. 614, I, do CPC.

5.º Juiz de Direito da 18ª Vara Cível da Comarca de Recife

No que concerne ao pedido de conversão da presente execução em ação monitória, haveria o mesmo de ser deferido se porventura não já tivesse sido citada a executada.

É que o art. 264 do CPC dispõe que, feita a citação, é defeso ao autor modificar o pedido ou a causa de pedir.

Assim, como no caso em espécie a executava já foi devidamente citada, tanto que, inclusive, compareceu nos autos a fim de nomear bens à penhora, mostra-se totalmente descabida a conversão procedimental reclamada pela exequente, a teor de expressa vedação legal.

Impõe-se, destarte, a extinção do processo, dès que sem a juntada da necessário duplicata exequenda, não há que se falar que esteja a presente executiva devidamente aparelhada com título executivo líquido, certo e exigível.

De se ressaltar, por fim, a regra gizada no art. 618, I, do CPC, segundo a qual constitui pressuposto de admissibilidade do procedimento executivo a existência de um título executivo líquido, certo e exigível, sem o qual nula se torna a execução, conforme proclama o vetusto brocardo latino "*nulla executio sine titulo*".

Posto isso e por tudo o mais que consta dos autos consta, nos termos dos arts. 616 e 267, I, do CPC, **INDEFIRO A PETIÇÃO INICIAL e JULGO EXTINTO O PROCESSO SEM APRECIÇÃO DE MÉRITO.**

Pela sucumbência, vez que, após citada, compareceu a executada nos autos através de advogado (fls. 23/24), condeno a exequente ao pagamento das despesas processuais, se houver, e de honorários advocatícios que, na forma do art. 20, § 4º, do CPC, fixo em R\$ 400,00 (quatrocentos reais).

P. R. I., arquivando-se após o trânsito em julgado com as baixas necessárias.

Recife, 01 de junho de 2004.

  
**Felipe Augusto Gemir Guimarães**  
**JUIZ DE DIREITO**



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO  
Gabinete Des. Fernando Martins

08

72  
M

**APELAÇÃO CÍVEL Nº 0206686-8**

**APELANTE: COELETRA REPRESENTAÇÕES ELÉTRICAS LTDA**

**APELADA: CONSTRUTORA ARAÚJO PINTO LTDA**

**RELATOR: DES. FERNANDO MARTINS**

**Sexta Câmara Cível**

**VOTO:**

**No Mérito:**

Trata-se de Ação de Execução de Título Extrajudicial, na qual foi pactuado um contrato comercial de compra e venda de mercadorias.

Através de tal ato, afirma a apelante ser a apelada credora da duplicata protestada, no valor de R\$ 1.985,00 (Um mil novecentos e oitenta e cinco reais), com vencimento em 03.08.2001.

*In casu*, ao analisar o conjunto fático probatório acostado aos autos, verifico que, de fato, a petição inicial não fora instruída com os documentos indispensáveis à propositura da ação, nos moldes do art. 283 do CPC, qual seja o título executivo.

O processo de execução tem por objetivo realizar direito já declarado, quer por meio de sentença condenatória, quer por documento extrajudicial a que a lei reconheça o poder de conferir à obrigação certeza, liquidez e exigibilidade.

Desta forma, o título executivo é, por expressa determinação legal, pressuposto de qualquer demanda executiva, assim, a ação de execução proposta sem título gera o indeferimento da petição inicial. Neste ponto, frise-se que a ausência de tal procedimento pelo togado singular acarretaria a nulidade processual.

Destarte, o *decisum* impugnado não se revela merecedor de qualquer reforma, devendo ser mantido íntegro, vez que deu adequada exegese às disposições insertas nos arts. 616 e 267, I, do CPC.

Sendo assim, **nego provimento ao recurso de Apelação** ofertado por Coeleta Representações Elétricas Ltda, mantendo incólume a sentença ora vergastada.

É como Voto.

Recife,

de

2010.

**DES. FERNANDO MARTINS - RELATOR**

jba





09 73  
M

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO  
GERÊNCIA DE TAQUIGRAFIA

DESEMBARGADOR CÂNDIDO SARAIVA

Acompanho o Relator.

---

DESEMBARGADOR EDUARDO PAURÁ (PRESIDENTE)

Também acompanho.

---

DECISÃO

"POR UNANIMIDADE, NEGOU-SE PROVIMENTO AO RECURSO DE APELAÇÃO, NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR".

---

9